

## **ATA DA 12ª. REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

Aos três dias do mês de setembro de 2013, às 14:30 horas, na sede do CECS, , no município de Londrina-PR, reuniram-se as seguintes instituições: CECS, COPEL, HABITUS, IPHAN, MPF, Prefeitura Municipal de Ortigueira e a coordenadora da CT pediu que fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, e após, apresentou os pontos que estavam pendentes e informou sobre os encaminhamentos.

Dizendo que já foi enviado ao CECS o mapa da mesorregião centro-oriental do Paraná para ser inserido no site. Já a solicitação de postar as apresentações das reuniões da CT precisam da autorização dos autores e, ao se obter, serão colocadas. Comunica que o Programa de Monitoramento da Faixa de Depleção será contratado pela Copel, em que a empresa será a Habitus, conforme recomendação formal da SE/IPHAN-PR e o processo, que será por inexigibilidade, levará aproximadamente 6 meses. Srª Jacira apresentou o novo cronograma para apreciação e aprovação do MPF, IPHAN e IAP considerando os prazos reais que a Copel precisa para cumpri-los.

Comentou que o Seminário Científico poderá ser formatado, a partir das sugestões dos presentes e que fez contato com os coordenadores dos programas de Mauá e os coordenadores das Câmaras Técnicas, para que indiquem profissionais que desenvolveram pesquisas na região para obtenção de mestrado e doutorado, ou mesmo outros profissionais que queiram participar, seguindo as normas do Seminário, a ser alinhado com a CT. Esclareceu que a organização e operacionalização do Seminário serão realizadas pela empresa contratada para execução do Programa de Pesquisa Arqueológica do TAC, entretanto, o Programa se encontra estacionado, aguardando as definições do Centro Nacional de Arqueologia – CNA, já que a SE/IPHAN-PR indeferiu o pedido de Portaria em nome da arqueóloga coordenadora contratada, por entender que a titulação da mesma não atendia às Especificações do Edital. Com o indeferimento, a Copel imediatamente notificou a empresa ECAARQ a regularizar a situação em até 5 dias úteis, mas a empresa retornou com a informação de que havia dado nova entrada de pedido de Portaria diretamente no CNA, em Brasília.

A Srª Alessandra alegou que a empresa agiu de má fé no processo de licitação, pois no Pregão apresentou uma profissional que atendia aos requisitos e após vencer o pregão, substituiu a mesma por outra que não possuía doutorado em arqueologia, conforme exigido, mas que possui doutorado em geociências e meio ambiente, embora a tese esteja versando sobre arqueologia. Acusou que a ECAARC colocou um profissional para licitação e depois mudou o profissional para abaixar o preço, acusando a empresa de fraude. E informou que o intercedeu junto ao DEPAM e o CNA para que eles não concedam a Portaria.

Srª Jacira explicou que, com o pedido de saída da Profª Dilamar, a Copel aceitou a substituição de profissional amparada na Circular 01/2013, item 4, que qualifica os profissionais que tenham concluído cursos de graduação, mestrado ou doutorado e os pretensos coordenadores que tenham em seu objeto, o estudo da arqueologia. Dr Akira, diante das diversas acusações feitas pela Srª Alessandra, solicita que a mesma faça a representação policial que cabe às tais denúncias ou tome cuidado em acusar sem ter fatos que justifiquem a acusação. E coloca o prazo de 30 dias para que a Copel, juntamente com o Iphan-PR, reúnam-se no CNA e encontrem uma solução definitiva para o problema.

Srª Alessandra alegou que da forma como as coisas estão irá largar mão desse processo. Disse que o Iphan é muito procurado pela Copel, que ligam diversas vezes, solicitam reuniões, que são longas e não resolvem nada. Acus a Copel de estar enrolando e usando o IPHAN. Quanto às publicações do Prof. Igor e Blasi ainda não foram realizados nada. Srª Jacira explicou as dificuldades que foram encontradas até

que se conseguisse obter o material, pois os professores possuem um ritmo de trabalho diferenciado e, por muitas vezes, tentam impor as próprias condições, em coisas que a Copel não tem como atender, como por exemplo, a tese do Profº Igor precisa ser toda digitada, pois não existe arquivo digital da mesma, apenas a tese em meio físico e do Profº Blasi, seus estudos estão na forma de textos e artigos, que ele tem feito as compilações e re-escritas. A Copel contratou uma revisora e redatora, Fabiana, que está tirando foto do material produzido à mão, como desenhos e outras imagens.

Dr. Akira vocês assumiram de publicar um material que não existe, então sugiro que isso fique registrado para não haver cobranças futuras do porque isso não foi realizado.

Dr. Akira ressalta que a Copel está publicando livros que ainda não existiam, pois está tendo que produzir os mesmos com os professores e assim, solicita que essas situações sejam explicitadas nos Relatórios periódicos do TAC/TA, para se caso mudem os autores do processo isto esteja bem justificado.

A Srª Alessandra se encontrava bastante nervosa e agressiva nas palavras para a Copel e disse que se sentiu ofendida quando o Sr. Moscalewsky chamou o Iphan de “cliente do CECS” e deu exemplo de contas pagas e que mesmo assim, a Copel cortou a energia do Iphan que não tinha pago.

Lembrou a todos que foi a mesma profissional da ECAARQ que fez a peritagem dos sítios arqueológicos Taquara e Gurucaia e o Relatório preliminar dessa empresa sugeriu como medidas compensatórias, cumprir o TAC. Ressaltou que a questão de licitação é muito séria e que todos serão responsabilizados se não cumprirem as regras. Disse que o Iphan faz muitas licitações e eles tem que ser deterministas mesmo, a lei diz que na ausência do profissional deve ser apresentado outro profissional de nível igual ou superior e isso não foi cumprido, ao que o Sr. Marcelo discordou, alegando que, no caso, as duas profissionais são doutoras, com pesquisa em arqueologia, diferindo apenas a área de concentração.

Srª Alessandra afirmou que não vão atender mais a Copel e qualquer processo da Copel que entrar no Iphan vai demorar sempre os 90 dias que a lei permite. Pois vão no Iphan trapacear e tomar cafezinho, porque deve ser um saco trabalhar lá. Srª Jacira justificou que a Copel tem dificuldades com os prazos pois todos os trabalhos são inéditos, existe uma necessidade de tempo maior para especificar esses programas e ações e as próprias empresas não tem expertise para atender programas muito diferenciados. Sr. Marcelo se refere ao atraso que pode acontecer caso tenha que fazer outra licitação. Srª Alessandra diz que não é justa a acusação do Dr. Akira do IPHAN atrasar os prazos. E que essa foi a última reunião de CT que participou.

Dr. Akira ressaltou a urgência nos prazos do TAC, se houver nova licitação e deu a sugestão de um convenio com Universidade de Goiás, em que a Profª Dilamar já possui experiência na produção de Cartas Arqueológicas.

Srª Alessandra, acusou que enviou o arquivo do livro das Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, mas não teve retorno da Copel. Ao que Srª Jacira disse que o arquivo enviado foi em formato PDF, o que impede de editar, por isso, ainda estava aguardando o envio do arquivo digital que a Srª Alessandra ficou de solicitar ao Rossano. E que ainda não foi contratada a re-edição porque será agrupada as 3 licitações de publicação num mesmo processo. Srª Luciana sugere que a Copel disponibilize as imagens para o Sr. Rossano escolher a ilustração do livro.

Srª Jacira realizou a apresentação do conceito de Museu de Território e o local indicado pelo CECS para sua instalação. O conceito mais usual no Brasil é o Ecomuseu, que trata das questões do entorno das comunidades atendidas pelo Museu. Tem o foco no território, ao invés do prédio do museu, tem o foco no patrimônio, que pode ser cultural ou natural, ao invés do acervo e tem o foco na comunidade, ao invés de ser no visitante, como nos museus tradicionais. Apresentou

que o local já disponibilizado pelo CECS, que tem infra-estrutura de acesso e segurança, com forte apelo histórico, por ter sido uma Vila da década de 1940, de antigos operadores da PCH Presidente Vargas, da Klabin, é a chamada Vila Mauá. A proposta é utilizar das estruturas construídas existentes, aplicando a reforma e restauro conforme couber, a partir de avaliações técnicas de arquitetos, historiadores, arqueólogos e museólogos. Sendo as principais estruturas a: Casa Rosa, a Igreja e a Churrasqueira.

Dr. Akira sugere que as construções novas para os museus sejam instaladas do lado do município de Ortigueira, como por exemplo, junto ao Horto. E Sr<sup>a</sup> Luciana solicita que não seja utilizado o museu para promoção da usina, Sr<sup>a</sup> Jacira explica que é o conhecimento que será ressaltado, como proporcionar aos visitantes o entendimento do que seja energia elétrica e a hidreletricidade, e assim levar à compreensão ambiental das alterações que a usina traz ao meio. Deve ser utilizado exclusivamente como Museu de Território Patrimônio Histórico e Cultural.

Sr. Daniel pede que seja instalado o Museu na margem da BR onde passam diariamente de 7 a 10 mil carros, onde os visitantes poderão visualizá-lo e acessá-lo melhor, perguntou a Jacira sobre a manutenção do museu solicitando que seja feita pelo consorcio, para não onerar o município e que concorda em parte com os argumentos da Sra Alessandra e pede para não levar para o lado pessoal que só atrasaria o andamento do processo prejudicando a população, pede também que seja feita exposição das peças em Ortigueira para conhecimento da população e questiona o MPF sobre multa pelo descumprimento dos prazos do TAC e que esta protelação é muito prejudicial ao povo. Dr. Akira explica que inicialmente o atraso foi do IPHAN e que o tempo para resgatar o processo todo para responsabilizar culpados é muito oneroso e pode atrasar ainda mais o andamento dos projetos, sugere que seja adaptado um novo cronograma levando em consideração as dificuldades encontradas.

Dr. Akira sugere mais alternativas de espaços, além do espaço da Vila Mauá, com sedes pequenas mais próximas aos centros urbanos. Deve ser avaliada a questão da manutenção desses espaços pelas prefeituras.

Sr<sup>a</sup> Alessandra sugere um consenso com a Klabin para criação de um museu único em Ortigueira.

Dr. Akira propõe uma reunião técnica com os municípios, CECS e Klabin, para integrar as iniciativas existentes na região. E que o Seminário esteja associado com workshop sobre o Museu para articular a melhor proposta

Para o Seminário, Dr. Akira sugere mesa inicial com Iphan, MPF, Habitus, etc., tendo falas curtas para contextualizar essa questão patrimônio no seminário e para definir processo de discussão dessas questões sobre a construção do museu.

Daniel pede uma exposição temporária do material de patrimônio histórico e cultural junto com o seminário, para que possam ter conhecimento dos trabalhos realizados.

Miguel Glaiser arqueólogo da Klabin PUMA 3, já cadastrou casas subterrâneas, na região da instalação da usina e a Klabin já se comprometeu a tombá-las.

A antropóloga Glaucia faz a apresentação do retorno que tiveram nas Terras Indígenas, em que apresentaram os livros e filmes e conseguiram as autorizações formais, sendo bem recebidos pela comunidade.

As autorizações foram para uso específico da coleta de imagens e depoimentos e Sr<sup>a</sup> Luciana questiona sobre o envio ao MEC e para o caso de novas publicações dos livros. Sr<sup>a</sup> Glaucia sugere que cada autorização será solicitada especificamente para cada caso. Dr. Akira enfatizou a importância da aprovação da FUNAI para publicar o material produzido ou informar descrever o processo de obtenção da autorização.

Sr<sup>a</sup> Jacira informa que com relação ao retorno da equipe para pegar autorização dos indígenas, havia enviado um e-mail ao Everson, no dia 21/08 explicando que os diretores ainda não tinham assinado o Termo Aditivo e, dessa forma, a Ordem de Serviço não havia sido emitida, pois sem estar assinado não podiam ir à campo. Mas

conseguiu falar com o Sr. Everson apenas no dia 02/09, quando ficou sabendo que a equipe foi à campo mesmo assim, conforme programação anterior que tinha sido enviada. Sr<sup>a</sup> Glaucia informa que os vídeos já estão no Youtube, o que foi alertado pelo Dr. Akira e Sr<sup>a</sup> Luciana que isso pode trazer problemas com os indígenas.

Dr<sup>a</sup> Glaucia solicitou a revisão da quantidade a ser reproduzida, alegando que os indígenas pediram que hajam materiais para serem distribuídos nos próximos anos. Dr Akira alegou que no mínimo um conjunto (kit) para cada indígena deve ser entregue, além das escolas indígenas e doação do material para a SEED do material. Seria importante divulgar para escolas da redondeza, porque existe muito preconceito do povo do entorno. Pediu que seja revisto o conceito de cartilha, pois entende que cada kit, é uma cartilha. Por isso, solicitou que se faça um levantamento da população indígena nas escolas nas 8 comunidades ou mista ou doar para bibliotecas. Quanto ao novo cronograma, como não se teve tempo na reunião para discuti-lo, a Copel o encaminhará formalmente para aprovações dos demais órgãos.

A próxima reunião ficou pré-agendada para 22/10/23, às 14hs, em Londrina-PR.